

Mozarildo aponta ameaça à soberania da Amazônia

Visita do observador das Nações Unidas para a questão indígena, o norte-americano James Anaya, atenta contra a soberania do país, avalia o senador. O relator, de acordo com Mozarildo Cavalcanti, analisará a situação dos índios nas reservas Raposa Serra do Sol, em Roraima, e de Dourados, em Mato Grosso do Sul. "Estamos à beira de a ONU declarar aquela reserva, na fronteira com a Venezuela, um país autônomo." 3



FNC/AM

Para Mozarildo, nações estrangeiras estão interessadas nas riquezas das terras indígenas, como as da Amazônia, cuja preservação depende de uma estratégia de desenvolvimento, segundo Jefferson Praia

Senadores precisam reagir, diz Jefferson Praia

Para o senador pelo Amazonas, parlamentares dos estados da região devem propor soluções para o desenvolvimento susten-

tável e fazer valer sua força no Senado. Segundo Jefferson Praia, a "bancada da Amazônia" representa 33% da Casa e pre-

cisa se organizar antes que soluções que os amazônidas não querem saiam vencedoras, prejudicando a região e o país. 3

Maldaner: eleição possibilita diálogo com a população

A proximidade das eleições municipais está mobilizando os políticos e a população na discussão de temas como saúde, avalia Maldaner. 2

Quase lei: seis meses de licença-maternidade

Projeto de Patrícia Saboya, aprovado na Câmara, só depende da sanção presidencial para virar lei. 2



líder

Efraim e Renan preocupados com dívida agrária

Efraim Morais cobra votação de projeto que renegocia dívidas de pequeno agricultor; Renan Calheiros, da MP que reestrutura dívidas rurais. 4

Deve ser sancionado no prazo de 15 dias úteis, a contar do recebimento do texto pelo Planalto, projeto que faculta ao empregador ampliar o período do benefício

Licença de 6 meses para mãe é proposta de Patrícia Saboya

O PRESIDENTE DA República tem o prazo constitucional de 15 dias úteis, a partir do recebimento do texto, para sancionar o projeto de lei da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que possibilita ampliação da licença-maternidade de 120 para 180 dias. A proposta foi aprovada pelo Plenário da Câmara dos Deputados no dia 13.

Pela proposta, o empregador que conceder licença-maternidade de seis meses poderá descontar integralmente do Imposto de Renda devido o valor dos salários pagos durante os 60 dias adicionais do benefício.

A adesão ao programa é facultativa e poderão participar dele as pessoas jurídicas enquadradas no regime do lucro presumido e as optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples). A iniciativa autoriza a administração pública a instituir programa que garanta a ampliação da licença.

A licença paternidade também poderá ser ampliada de cinco para 15 dias, de acordo com outro projeto de lei de Patrícia Saboya. A matéria (PLS 666/07) foi acolhida no último



Foto de José Cruz

Iniciativa de Patrícia Saboya foi aprovada quarta-feira na Câmara

dia 6 pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

Interlegis faz parceria com Poder Judiciário

O Programa Interlegis firmou parceria com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8ª Região (Pará e Amapá) para oferecer cursos voltados à capacitação e a especialização de servidores públicos. Os primeiros serão: Busca da Qualidade; Licitações e Contratos; e Introdução à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Já o tribunal fornecerá ao Interlegis material e informações para a criação de novos cursos voltados a temas jurídicos. É a primeira vez que o programa realiza convênio educacional com um órgão do Poder Judiciário.

Lei da guarda compartilhada dos filhos já está em vigor

Começou a vigorar quarta-feira a lei que instituiu a guarda compartilhada de filhos menores, no caso de separação judicial do casal ou divórcio. A guarda compartilhada prevê a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivem sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

A Lei 11.698/08, que altera dispositivo do Código Civil, foi sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 13 de junho deste ano, a partir da aprovação, pelo Plenário, em outubro de 2007, de substitutivo do senador Demostenes

Torres (DEM-GO) a projeto de lei da Câmara (PLC 58/06), apresentado pelo então deputado Tilden Santiago.

A lei mantém a guarda unilateral quando a tutela é atribuída a um só dos genitores ou quem o substitua. A guarda, unilateral ou compartilhada, poderá ser requerida por consenso, pelo pai e pela mãe, ou por qualquer deles, em ação de separação, de divórcio, de dissolução de união estável ou medida cautelar. Também poderá ser decretada pelo juiz, em atenção a necessidades específicas do filho, ou em razão da distribuição de tempo necessário ao convívio deste com o pai e com a mãe.

Maldaner: eleição é oportunidade para debate

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que a proximidade das eleições municipais vem mobilizando a classe política de mais de 5 mil municípios no Brasil. Segundo ele, este é o momento ideal para debater com a população as principais questões do dia-a-dia, como educação, saúde, saneamento e emprego, além dos programas apresentados pelos diversos partidos e seus candidatos. O resultado desse diálogo, avaliou o senador por Santa Catarina, é que vai fornecer subsídios para a discussão de temas de interesse nacional.

– Todos se envolvem com



Gerardo Magalhães

Para o senador, momento deve ser aproveitado para discutir problemas

os candidatos, discutindo propostas. Este é o momento, queiramos ou não. Não tem como ficar alheio a esse debate, não ouvir o clamor das ruas, levantando questões de cada região, com suas peculiaridades – afirmou Maldaner.

O senador lembrou ainda que a discussão política reforça o debate entre os partidos, que podem, a partir da discussão, coligar-se para o pleito eleitoral.

Inácio Arruda defende diploma para jornalista

O manifesto da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em defesa da manutenção do diploma para o exercício da profissão recebeu o apoio de Inácio Arruda (PCdoB-CE).

O Supremo Tribunal Federal (STF) está prestes a julgar recurso extraordinário que, se aprovado, eliminará a obrigatoriedade do diploma. Esse recurso, segundo a Fenaj, torna possível que qualquer pessoa, mesmo que não tenha concluído sequer o ensino



José Cruz

Inácio pede que manifesto da Fenaj seja incluído nos Anais do Senado

fundamental, exerça as atividades jornalísticas. “Toda a nação perderá se o poder de decidir quem pode ou não exercer a profissão no país ficar nas mãos de interesses particulares”, cita o manifesto apoiado pelo senador.

CPI ouve suspeitos de pedofilia presos no Espírito Santo

O presidente da CPI da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), começou a ouvir ontem 15 suspeitos de pedofilia detidos no Espírito Santo. Em entrevista por telefone à Agência Senado, Malta informou que pretende ouvir todos os depoimentos até amanhã (sábado). Ele parabenizou o Ministério Público e a polícia, que têm selecionado os casos mais alarmantes para serem estudados pela CPI. Também está no Espírito Santo o senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE), membro da comissão.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

A sessão plenária, às 9h, é não-deliberativa e será dedicada a pronunciamentos dos senadores. Entre os inscritos estão Gilberto Goellner (DEM-MT), Paulo Duque (PMDB-RJ) e Augusto Botelho (PT-RR).

Foto de Leopoldo Silva



O pianista Toninho de Paula escolheu *Chega de saudade*, de João Gilberto, para abrir o show de quarta-feira à noite da série de homenagens aos 50 anos da Bossa Nova, que integram a programação do Ano Cultural Artur da Tavola. “A Bossa Nova foi o movimento que ajudou a divulgar o Brasil no exterior”, afirmou Toninho, ou Antonio Pereira de Paula, que é consultor do Senado e costuma tocar música popular brasileira, em que, observa, há sempre lugar para bossa nova.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Eptácio Cafeteira • Mozarildo Cavalcanti • Gim Argello

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Amapá já fez seu plano anual de outorga florestal, diz Geovani

O Amapá foi o primeiro estado do país a enviar ao Ministério do Meio Ambiente seu plano anual de outorga florestal para 2009, informou ontem o senador Geovani Borges (PMDB-AP). O plano anual é uma exigência da lei que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável (Lei 11.284/06). Geovani explicou que o plano de outorga de 2009 destinou uma área de 1,5 milhão de hectares da floresta estadual do

Amapá, a maior do país, para a concessão de uso.

De acordo com o senador, o Instituto Estadual de Floresta do Amapá está fazendo uma projeção anual de R\$ 20 milhões em arrecadação somente em *royalties* com a instalação de empresas na área indicada, o que poderá resultar em percentual considerável de aumento do produto interno bruto do Amapá, além da criação de 15 mil empregos diretos. Geovani

Borges explicou ainda que, com o plano anual aprovado, os técnicos irão preparar o plano de manejo da floresta, que vai definir como explorar a área.

– Segundo a lei, o prazo para a concessão de áreas florestais é de 30 anos e a expectativa é de que o Amapá faça as primeiras concessões até o final de 2009 – informou o parlamentar.



Foto de Gerardo Maggela

Mozarildo: Brasil pode perder parte da Amazônia

Visita de relator da ONU para avaliar situação dos índios da reserva Raposa Serra do Sol ocorre às vésperas de julgamento da questão pelo STF

MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR) criticou duramente o envio, pela Organização das Nações Unidas (ONU), de seu relator especial para direitos indígenas, o norte-americano James Anaya, para avaliar a situação dos índios da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima e na região de Dourados, em Mato Grosso do Sul.

Na avaliação de Mozarildo, a visita do observador da ONU caracteriza claramente um atentado contra a soberania do país, sobretudo pela proximidade de julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da constitucionalidade da homologação da reserva Raposa Serra do Sol.

– Estamos agora à beira de a ONU declarar aquela reserva indígena, na fronteira do nosso estado de Roraima com a Venezuela e a Guiana, um país autônomo. Será a primeira vez que vão fazer isso? Por acaso não fizeram isso em Kosovo e agora na Ossétia do Sul? Isso acontece pelo mundo

todo. Não será novidade fazer de novo – alertou.

Para o senador, o verdadeiro interesse das potências estrangeiras que comandam a ONU não é a garantia de boas condições de vida aos índios brasileiros, mas, sim, os minérios de terceira geração, como urânio, nióbio e titânio, que existem em grandes quantidades nas áreas indígenas.

Augusto Botelho (PT-RR) apoiou as preocupações de Mozarildo em relação à soberania do Brasil sobre a Amazônia.



Rondonópolis



Gerardo Maggela

Senador alerta para a possibilidade de as Nações Unidas declararem a reserva em Roraima território autônomo

Jefferson Praia convoca os senadores da Amazônia a mostrar sua força

“A preservação da Amazônia dentro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável dependerá, em grande parte, de ação parlamentar organizada com esse fim”, defendeu Jefferson Praia (PDT-AM). A partir de uma sugestão de Gilberto Goellner (DEM-MT), ele propôs que os 27 senadores representantes da região, que equivalem a 33% dos assentos do Senado, façam valer a força que têm na Casa.

– Temos que provocar ações políticas antes que sejam vencedoras as posições que os amazônidas não querem – conclamou Jefferson Praia.

O senador acrescentou que a Amazônia necessita de definições sobre o que fazer em matéria de preservação ambiental, aproveitamento dos recursos naturais e ocupação de terras, inclusive por comunidades indígenas. No entender de Jefferson

Praia, a “bancada da Amazônia” deve promover seminários, debates e encontros com autoridades com o objetivo de formar um manancial de conhecimentos suficiente para orientar políticas públicas capazes de responder aos desafios da região.

Tanto o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, quanto o ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República,

Mangabeira Unger, “têm bons propósitos”, afirmou o senador, “mas devem ser auxiliados a encontrar boas soluções para a Amazônia”.

– O Brasil precisa conhecer e assumir a Amazônia – opinou.

Aproveitamento

Em aparte, Gilberto Goellner disse concordar com Jefferson Praia sobre a necessidade de se conhecer a região em seus di-

versos biomas, como a floresta e o cerrado, pois isso permitiria um maior aproveitamento dos recursos ali disponíveis de forma não agressiva. Goellner sugeriu que os senadores por Mato Grosso integrem-se ao esforço de uma ação direcionada ao encontro de saídas para os problemas regionais e apontou como um fórum importante a Subcomissão Permanente da Amazônia (Crepa).

Jefferson Praia afirmou que, na década de 90, apresentou um programa na emissora Amazon Sat, e mais recentemente no canal Vivax, atual Net Manaus, sobre negócios na Amazônia. Neles, tratou da exploração sustentável de peixes como o tambaqui, que pode ter o couro usado na fabricação de cintos, sapatos e bolsas, e da piranha, que pode ser desidratada para a produção de sopas.



Roosevelt Pinheiro



Jonas Pereira

Jefferson Praia defende atitudes em favor do desenvolvimento sustentável

Augusto alerta para risco de epidemia de dengue em Roraima

A possibilidade de ocorrência de uma epidemia de dengue em Roraima é preocupante, disse Augusto Botelho (PT-RR).

Segundo o senador, além do elevado número de casos notificados no primeiro semestre deste ano, há ainda duas razões importantes para se temer que a situação atual evolua para uma epidemia:

o início do período chuvoso na região, antes do previsto, e a possibilidade de infecção no Brasil pelo vírus de tipo 4, que já circula na Venezuela. No Brasil há os tipos 1, 2 e 3.

O problema da existência de vários tipos de vírus, de acordo com Augusto Botelho, é que os doentes somente adquirem imunidade ao vírus pelo qual tenham sido infectados e a forma mais grave da doença, a dengue hemorrágica, se desenvolve comumente pela

reincidência da infecção.

O senador fez ainda um apelo para que os governos de todas as esferas se empenhem em campanhas de combate ao mosquito transmissor da doença.

– É imperativo que o poder público dê mostras seguras e definitivas à população de que essa guerra ao mosquito é para valer. E mais imprescindível ainda são o apoio e o engajamento da própria população – disse.



Foto de Leopoldo Silva

Paulo Duque quer senadores temporariamente em Manaus

O Senado deveria funcionar em Manaus por uma semana ou 15 dias, na opinião de Paulo Duque (PMDB-RJ), para que todos os senadores pudessem conhecer a realidade da região Norte.

Paulo Duque disse que tem aprendido muito ouvindo os pronunciamentos dos parlamentares daquela região, mas também tem ouvido "gente falando de coisa que nunca viu, gente que nunca esteve lá".

– É preciso falar com conhecimento de causa – alertou.

O parlamentar ressaltou ainda que o Brasil corre o risco de ser "infestado" por uma epidemia de dengue e que ele próprio pensava que esse problema de saúde pública atingisse mais a cidade do Rio de Janeiro, devido à concentração humana nas grandes favelas. Ele reconheceu que se enganou, pois soube que "a doença já se manifestou entre habitantes e comunidades indígenas que vivem no meio da Floresta Amazônica".

– É um sonho remover o Senado, não com a parafernália toda que a Casa tem, mas com os senadores, representando todo o país, para passar uma semana no Amazonas, em Manaus. Onde? Na própria Assembléia Legislativa. Quem sabe lá no Teatro Amazonas. Vamos viver um pouco aqueles problemas e entender melhor o que está se passando – propôs.

Paulo Duque afirmou que há mais de 50 anos conhece a



Muita gente fala sobre a Amazônia sem conhecimento de causa, diz Paulo Duque

história da cobiça internacional sobre a Amazônia e os perigos que assaltam as fronteiras terrestres do Brasil.

– E agora surgiu o problema da fronteira marítima, com o ressurgimento da Quarta Frota da Marinha norte-americana anunciando exercícios próximos à área onde foram descobertas grandes reservas de petróleo.

Executivo

Em aparte, Gilberto Goellner (DEM-MT) disse que o conhecimento que todos os senadores deveriam ter do país, poderia também ser exigido do Poder Executivo. Ele afirmou que "os ministros nomeados para todas as áreas não conhecem o país e promovem a edição de leis para os estados sem conversar com a classe política ou com a população dessas regiões, desconhecendo as respectivas dificuldades logísticas".

Goellner propõe sustar decreto sobre meio ambiente

O senador Gilberto Goellner (DEM-MT) anunciou ontem ter apresentado projeto de decreto legislativo para sustar o Decreto Presidencial 6.514, de 22 de julho último, que, segundo ele, visa regulamentar dispositivos de leis sobre o meio ambiente. Segundo o parlamentar, no entanto, o decreto é inconstitucional porque cria tipos de infração sem autorização legal.

Goellner explicou que o decreto criou novas obrigações, instituiu penalidades antes não previstas, estabeleceu nova hipótese de exclusão de infração e determinou não apenas a forma de aplicar a legislação e seus dispositivos, mas procedeu a uma ampliação dela, tendo se tornado uma verdadeira extensão da lei que pretendia apenas disciplinar.

O representante de Mato Grosso esclareceu que sua proposta está prevista no inciso V do artigo 49 da Constituição, segundo o qual cabe ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do seu poder de regulamentar ou dos limites da delegação legislativa.

Para Gilberto Goellner, a edição do decreto é uma clara reação do governo às críticas que vem recebendo em relação à incompetência de seus órgãos ambientais para deter o aumento do desmatamento e o descontrole de outras questões ambientais. No entanto, segun-



Goellner: em vez de regulamentar, Lula está legislando por meio de decreto

do o senador, o decreto acabou por transformar esses órgãos, já deficientes e burocráticos, em setores de arrecadação do governo. Ele criticou a estipulação de sanções e multas consideradas de difícil cumprimento a curto prazo, e muitas vezes impagáveis. Afirmou ainda que o decreto trouxe uma enorme preocupação ao setor agropecuário.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o decreto reflete "uma tendência ditatorial do governo" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Também em aparte, o senador Jefferson Praia (PDT-AM) frisou que a fórmula do decreto não pode estar correta, já que as multas são exorbitantes. Augusto Botelho (PT-RR) concordou com Jefferson Praia, ao afirmar que em nenhum lugar se aplica uma multa que não se pode pagar.

Senador apela ao presidente da Casa e aos líderes para que seja votado projeto de sua iniciativa que beneficia devedores com anistia ou perdão de parte do valor contratado

Efraim cobra renegociação de dívidas de pequeno agricultor

O SENADOR EFRAIM Morais (DEM-PB) dirigiu apelo aos líderes partidários e ao presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, para que projeto de sua autoria que trata da renegociação de dívidas de pequenos agricultores seja colocado logo em votação.

Ele pediu que o assunto seja discutido na próxima reunião de lideranças com o presidente da Casa. Lembrou que a proposta (PLS 259/04) foi aprovada em decisão terminativa em outubro de 2006 na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), mas, devido a recurso de senadores da base governista, tem que ser examinado pelo Plenário.

Efraim explicou que o projeto autoriza a anistia das dívidas no valor de até R\$ 35 mil, contratadas por agricultores familiares, mini e pequenos produtores, bem como por suas cooperativas e associações, nos casos de frustração de safra por fenômenos climáticos, nos municípios em que houver sido decretado estado de calamidade pública ou situação de emergência, com reconhecimento do governo federal.

Para as dívidas no valor de até R\$ 75 mil, contratadas nas mesmas condições, a medida determina perdão do saldo de até R\$ 35 mil. Já os valores que ultrapassem esse patamar teriam desconto de 40%, quan-



Efraim Morais: "Pequeno proprietário já não dorme com medo de o gerente bater à sua porta, ameaçando tomar a sua terra"

do se tratar de operações de investimentos, e de 60%, se se referir a operações de custeio. A proposta fixa também dois anos adicionais para o pagamento de empréstimos e redução dos juros do crédito rural para 3% (custeio) e 4% (investimento).

Efraim leu a justificativa do projeto, em que lembra o fato de o governo Lula ter perdoado dívidas de países latino-americanos e africanos com o Brasil, no montante de US\$ 315 milhões.

– O pequeno agricultor não



dorme mais, com medo de o gerente bater à sua porta, com oficial de Justiça ou coisa dessa natureza, ameaçando tomar a sua pequena terra – disse o senador.

Renan pede votação da MP das dívidas rurais

Renan Calheiros quer que a medida provisória que reestrutura as dívidas rurais em todo o País seja votada ainda em agosto. A MP, que já está em vigor, foi aprovada pela Câmara na semana passada e autorizou a negociação de 2,8 milhões de contratos de crédito rural no valor de R\$ 75 bilhões. "É a maior renegociação de dívidas agrárias deste país. Atende ao pequeno, ao médio e ao grande produtor. Sem dúvida nenhuma, é um incentivo extraordinário à produção de alimentos!", declarou o senador.

Para Renan, a iniciativa chegou em hora estratégica para que o país possa aproveitar o bom momento da agricultura, especialmente agora que o alimento está ameaçando a inflação. "O próprio presidente Lula – com quem conversei pessoalmente sobre este assunto várias vezes – afirmou que não quer nenhuma propriedade da agricultura familiar sendo expropriada em função dessas dívidas" disse.

Renan alertou que há uma crise à porta do país. "Se não votarmos logo esta MP, poderemos estar colocando em risco nossa economia e o destino de milhões de brasileiros. Além disso, é necessário preservar os prazos contidos na proposta para que a medida não perca eficácia", afirmou.



Para Renan, medida incentivativa a produção de alimentos

Ideli tem alternativa à lista de "fichas sujas"

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sugeriu uma alternativa ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para que os eleitores verifiquem se seus candidatos são réus em algum processo: a veiculação, pelo tribunal, da informação juntamente com os dados disponíveis sobre o candidato.

Ao fazer o registro das candidaturas, lembrou, os candidatos são obrigados a apresentar documentos como declaração de bens e certidões criminais fornecidas pela Justiça federal e estadual e pelos tribunais competentes quando há foro especial. Nas certidões, são arrolados todos os processos nos quais o candidato é réu. De acordo com a resolução que rege o processo eleitoral deste ano, explicou Ideli, essas certidões são públicas.

– Se é obrigatório apresentar a certidão e se o documento que é obrigatório é público, por que o TSE, que para cada candidato já tem a foto, a escolaridade e a declaração de bens, não disponibiliza também as certidões?

Para a senadora, o procedimento não feriria a presunção de inocência garantida pela Constituição, e seria alternativa à polêmica lista de candidatos com "ficha suja".



TSE poderá informar se candidato é réu, avalia Ideli